

# Presença do ministro ordenado nas redes sociais: elementos para a elaboração de uma ética a serviço da comunhão

*Presence of the ordained minister on social media:  
elements for the elaboration of ethics at the service of  
communion*

Abimar Oliveira de Moraes  
Osmar de Oliveira Braido

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o processo de recepção criativa do Concílio Vaticano II no campo do diálogo pastoral entre a igreja católica e a comunicação social. O Decreto *Inter Mirifica*, primeiro documento de um Concílio dedicado à comunicação, representa um passo importante neste campo pastoral. No Decreto são lançadas as bases para uma presença dos ministros ordenados na cultura digital. Buscando refletir sobre possíveis princípios orientadores tal presença, já na década de oitenta, a igreja católica apresentou *Orientações* para nortear essa realidade pastoral. Contudo, o advento de novas tecnologias da comunicação, sobretudo, das redes sociais, traz consigo novos desafios e a necessidade de busca de uma presença autêntica. Após analisar brevemente o conteúdo dos documentos *Inter Mirifica* e *Orientações*, destacando a preocupação que têm com a formação dos ministros ordenados nesse campo, o artigo aponta a necessidade dos ministros ordenados estarem a serviço de uma comunicação que gera comunidade, deixando-se conduzir por princípios éticos a serviço dessa mesma comunhão.

**Palavras-chaves:** Teologia Pastoral. Comunicação Social. Concílio Vaticano II. Ordem. Redes Sociais.

## Abstract

This article aims to reflect on the process of creative reception of the Second Vatican Council in the field of pastoral dialogue between the Catholic church and Social Communication. The *Inter Mirifica* Decree, the first document of a Council dedicated to communication, represents an important step in this pastoral field. In the Decree lays the foundations for a presence of ordained ministers in digital culture. Seeking to reflect on possible guiding principles such presence, in the eighties, the Catholic church presented

*Guidelines* to guide this pastoral reality. However, the advent of new communication technologies, especially social medias, brings with it new challenges and the need to search for an authentic presence. After briefly analyzing the content of the *Inter Mirifica* and *Guidelines* documents, highlighting the concern with the training of ordained ministers in this field, the article points out the need for ordained ministers to be at the service of communication that generates community, allowing oneself to be guided by ethical principles in the service of that same communion.

**Keywords:** Pastoral Theology. Social Communication. Second Vaticano Council. Order. Social Media.

## Introdução

A igreja católica tem sua origem e está na história para manter vivo e atual para todos tempos e culturas o Evangelho de Jesus. Ela é chamada a manter a presença da atuação salvífica de Jesus Cristo. Nesse contexto, o ministério ordenado sempre foi entendido, pela igreja católica, como carisma que garante que ela continue a narração desse Evangelho, se constituindo, portanto, como ministério da recordação, da conservação da memória. De fato, na história da tradição eclesial católica, é preciso reconhecer o quanto os ministros ordenados souberam colocar-se, com todos os meios, a serviço da evangelização, enfrentando genialmente as dificuldades encontradas.

Hoje, são interpelados, juntamente com toda a igreja católica, em modo novo, pela exigência de testemunhar o Evangelho através da cultura digital e “viver no mundo digital com ‘amor ao próximo’, genuinamente presentes e atentos uns aos outros na nossa viagem comum ao longo das ‘rodovias digitais’”.<sup>1</sup>

Na primeira parte desse artigo, buscaremos argumentar como o desafio novo de equilibrar as relações entre ministros ordenados e redes sociais foi impulsionado pelo Decreto *Inter Mirifica*. Para, em seguida, nos determos na análise das *Orientações* de 1986, tentando descobrir como deve realizar-se esse diálogo entre a comunicação social e a igreja católica, proporcionando, assim, o surgimento de uma presença do ministro ordenado nas redes sociais que seja capaz de inculturar o Evangelho nos espaços de comunicação.

Por fim, apresentaremos dois elementos que consideramos de fundamental importância para o enfrentamento dessa realidade pastoral. O primeiro deles é a compreensão de que nem toda comunicação gera comunidade. Na verdade, a cultura digital está marcada por conflito e polarização. Nesse sentido, não é suficiente o “uso” das redes sociais, mas é preciso fazer escolhas pelo diálogo e pelo comunitário. O segundo, intrinsecamente ligado ao primeiro, é o compromisso ético em vista da comunhão, que exige que o ministro ordenado não se deixe tragar pela tentação de ser uma espécie “influencer do religioso”.

Não pretendemos, nesta reflexão oferecer uma abordagem completa sobre essa importante temática. Nossa intenção é destacar alguns elementos que consideramos fundamentais para a compreensão teológico-pastoral das atuais relações entre ministério

<sup>1</sup> DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO, Rumo à presença plena, n. 1.

ordenado e redes sociais, na igreja católica. Não pretendemos, portanto, oferecer uma imagem acabada, completa, validada para todas as situações e geografias, mas sim, oferecer perspectivas que consideramos importantes sobre a temática. A nossa intenção é apresentar elementos que nos permitam traçar um percurso pastoral-pedagógico que incremente a busca permanente de competência e de qualificação do ministro ordenado no campo da comunicação social.

## 1. O Decreto *Inter mirifica*

O Decreto *Inter mirifica* institucionaliza a Comunicação Social na igreja católica.<sup>2</sup> Construindo uma sólida base para o desenvolvimento ulterior, ele inaugura uma nova era de relações entre a igreja católica e, aquilo que hoje, é preferível chamar de a cultura digital.<sup>3</sup> Em seus vinte e quatro artigos, o Documento é positivo, sobretudo, se comparado com outros Documentos anteriores ao Concílio Vaticano II.<sup>4</sup>

Já em sua introdução o Decreto utiliza o termo “instrumentos de Comunicação Social” (*instrumenta communicationis socialis*), preferindo-os a “meios audiovisuais”, “técnicas de difusão”, “meios de informação” e, sobretudo, aos termos “*mass media*” ou “*mass communications*”.<sup>5</sup> Tal preferência se baseou no fato de que o Decreto queria referir-se a todas as tecnologias de comunicação [meios técnicos]. Além do mais, *Inter mirifica* usou um conceito de comunicação que não se atinha apenas às técnicas ou à difusão das técnicas, mas incluía os atos humanos decorrentes, que são, no fundo, a principal preocupação da igreja católica em seu trabalho pastoral.

Por esse motivo, a expressão “comunicação social” foi preferida aos demais termos, que pareciam discutíveis e ambíguos por sugerirem a “massificação” como se esta fosse uma decorrência inevitável da utilização da cultura digital. A igreja católica quis assumir, assim, uma visão mais otimista do complexo fenômeno da comunicação. Noutras palavras, quis não apenas abarcar o fator técnico, mas também o aspecto humano e relacional, isto é, o agente que opera as técnicas e a tecnologias comunicativas.

Graças ao Decreto, a cultura digital poderia ser, posteriormente, solenemente integrada como uma das maiores preocupações da igreja católica e ocupar um espaço importante na sua “agenda” pastoral. *Inter mirifica* sublinha a aceitação, por parte da igreja católica, dentre as maravilhosas invenções técnicas, de todas aquelas que favorecem a vida intelectual e espiritual da humanidade e abre novas vias ao diálogo entre essa tradição eclesial e a cultura digital.<sup>6</sup>

O Decreto precisa o quadro institucional para a ação da igreja católica nos vários níveis desse importante setor, encorajando, dentre diversas iniciativas, aos ministros ordenados e aos agentes de pastoral leigos a receber uma instrução e um exercício

---

<sup>2</sup> MORAES, A., *Inter Mirifica*, p. 381-390.

<sup>3</sup> Sobre a cultura digital ver: MORAES, A.; GRIPP, A., Ações evangelizadoras numa cultura urbana marcada pelo digital, p. 146-155.

<sup>4</sup> Para uma visão panorâmica dos posicionamentos do Magistério da Igreja que antecederam ao Concílio Vaticano II, ver: MORAES, A., A Comunicação Social na *Gaudium et spes*, p. 186-189.

<sup>5</sup> IM 1.

<sup>6</sup> IM 1.

acomodado e próprio, a fim de que se tornem “usuários” críticos e conscientes.<sup>7</sup> Desse modo, o Decreto prevê que os ministros ordenados, juntamente com os leigos e leigas, devam ser convidados a compreender a comunicação como realidade pastoral imprescindível. *Inter mirifica* determina, assim, uma nova orientação pastoral sobre a comunicação.<sup>8</sup>

Podemos afirmar que o Decreto *Inter mirifica* abriu uma estrada que não permitiria mais à igreja católica voltar atrás nas suas relações com a cultura produzida pela comunicação social. Em resumo, esse Decreto pode ser considerado um divisor de águas em relação à comunicação social, e não um fim em si mesmo. Foi a primeira vez que um Concílio ecumênico da igreja católica abordou o assunto da Comunicação Social, dando independência ao tema. Ele fez também um avanço em relação aos Documentos anteriores, ao conferir à sociedade o direito à informação,<sup>9</sup> e à escolha livre e pessoal, em vez da censura e da proibição.<sup>10</sup> Além de reconhecer que é dever de todos contribuir para a formação das dignas opiniões públicas,<sup>11</sup> o Decreto assume os instrumentos de Comunicação Social como indispensáveis para a ação pastoral, abrindo o caminho para posteriores reflexões e práticas da igreja católica, nesta área.

## 2. A atualidade das *Orientações para a formação dos futuros sacerdotes*

Em 19 de março de 1986, a Congregação para a Educação Católica, desejava de colocar na “pauta do dia” o problema das relações entre formação ao ministério ordenado e cultura digital, emana um Documento com o seguinte título: *Orientações para a formação dos futuros sacerdotes acerca dos instrumentos da Comunicação Social*. Tais *Orientações* são fruto de um questionário enviado a todos os centros de formação ao ministério ordenado pela Congregação no ano de 1977.<sup>12</sup>

Por ocasião de sua publicação, as *Orientações* tiveram uma acolhida positiva, sendo consideradas importantes por causa de sua “atenção aos sinais dos tempos” e da passagem de uma pedagogia de tutela ascético-defensiva dos ministros ordenados e candidatos a esses ministérios a uma que visa o desenvolvimento positivo dos valores pessoais, humanos, culturais, espirituais e pastorais, mais em linha com diversas teologias dos ministérios ordenados que têm sido desenvolvidas.<sup>13</sup>

O texto se articula em três partes: o documento, propriamente dito;<sup>14</sup> um primeiro apêndice com uma coletânea de citações de documentos oficiais sobre este tema nos

---

<sup>7</sup> IM 16.

<sup>8</sup> IM 23.

<sup>9</sup> IM 5.

<sup>10</sup> IM 9.

<sup>11</sup> IM 8.

<sup>12</sup> *Orientamenti* 5. Para um ulterior aprofundamento sobre a fase preparatória do Documento, ver: RYPAR, F., *Origine e spirito del nuovo Documento sui mass-media*, p. 781-790. Franco Lever nota que o que motivou a elaboração, por parte da Congregação Romana, de tais *Orientações*, foi a necessidade de coordenar os projetos e os programas nesta área (LEVER, F., *La formazione alla comunicazione sociale*, p. 1084-1085).

<sup>13</sup> BARAGLI, E., *Massmediologia e formazione seminaristica*, p. 26-39; BARAGLI, E., *Gli “Orientamenti” tra il passato e il futuro*, p. 901-929.

<sup>14</sup> *Orientamenti* 1-28.

cinquenta anos que vão de 1935 até 1985;<sup>15</sup> e um índice dos temas que o estudo da Comunicação Social comporta.<sup>16</sup>

A introdução apresenta, brevemente, as linhas gerais do quadro teológico no qual se coloca o Documento,<sup>17</sup> precisa a importância da formação nesta área, dirigindo-se às Conferências Episcopais, aos Bispos, aos Superiores, aos Docentes, aos alunos dos Seminários e dos Institutos de formação ao ministério ordenado.<sup>18</sup> O objeto “próprio e direto” das *Orientações* são os instrumentos da Comunicação Social: a imprensa; o cinema; a rádio; e a televisão. Os outros meios e instrumentos de expressão e de comunicação exorbitam do quadro, no qual se coloca o Documento e se defende que, do ponto de vista pastoral, eles merecem somente um interesse ocasional.<sup>19</sup>

A primeira parte enuncia imediatamente qual é a proposta fundamental do Documento: “distinguir a iniciação e a formação segundo três graus ou níveis”.<sup>20</sup> Num primeiro nível de base, formar-se-á o usuário; num segundo, formar-se-á o agente de pastoral; e, por fim, num terceiro, preparar-se-ão os especialistas.<sup>21</sup> Recomenda-se o empenho em vista de uma formação integral da pessoa,<sup>22</sup> baseando-se num ensinamento teórico-prático que seja seguro do ponto de vista doutrinal.<sup>23</sup> Por fim, solicita-se a preparação de livros de texto e de outros subsídios para tal formação.<sup>24</sup>

As *Orientações* entendem por formação de base aquela que “tende a iluminar os alunos, a afinar-lhes o senso crítico e a formar-lhes as consciências, de modo a libertar-lhes das fáceis sugestões e manipulações que os *mass media* podem provocar”.<sup>25</sup>

Essa é chamada também de “formação dos receptores”.<sup>26</sup> Trata-se da formação dos usuários que a igreja católica já havia proposto a todos os jovens, e, em particular, àqueles das Escolas Católicas.<sup>27</sup> Esta formação deve realizar-se na família, na catequese, na escola, antes da entrada no processo de formação; ao processo de formação o Documento designa uma tarefa de suplência, através de “intervenções ocasionais” e “iniciativas extra-escolares”.<sup>28</sup>

Destaca-se, também por sua atualidade, o que o Documento indica como pólos de atenção: o aspecto cultural;<sup>29</sup> o aspecto religioso-moral;<sup>30</sup> a positiva abertura aos meios de Comunicação Social;<sup>31</sup> a necessidade de criar, ao longo do processo de formação, um

<sup>15</sup> *Orientamenti*, Apendice I, 1-42.

<sup>16</sup> *Orientamenti*, Apendice II, 1-37.

<sup>17</sup> *Orientamenti* 1-3.

<sup>18</sup> *Orientamenti* 6-8.

<sup>19</sup> *Orientamenti* 7.

<sup>20</sup> *Orientamenti* 9.

<sup>21</sup> *Orientamenti* 9.

<sup>22</sup> *Orientamenti* 11.

<sup>23</sup> *Orientamenti* 12.

<sup>24</sup> *Orientamenti* 13.

<sup>25</sup> *Orientamenti* 14.

<sup>26</sup> *Orientamenti* 9.

<sup>27</sup> *IM* 16; *CP* 69 e *AN* 28.

<sup>28</sup> *Orientamenti* 15.

<sup>29</sup> *Orientamenti* 16.

<sup>30</sup> *Orientamenti* 17.

<sup>31</sup> *Orientamenti* 18.

clima de empenho, de diálogo, de oração, capaz de compensar “os desequilíbrios, culturais e espirituais, conexos com o uso prolongado e não balanceado dos *mass media*”.<sup>32</sup>

Durante o processo de formação não se trata, simplesmente, de criar uma nova disciplina teórica a ser ministrada, embora ela seja necessária; mas de assumir, nas práticas pedagógicas existentes, tudo o que é útil para a formação dos ministros ordenados, como se lhes fosse ensinada uma “nova língua”, lhes fosse feita uma “nova alfabetização”.<sup>33</sup> Deseja-se, assim, que os ministros ordenados sejam capazes de manter uma distância crítica da cultura digital e não serem manipulados pelas suas sugestões. Além disto, eles serão capazes de “falar” a linguagem desta nova cultura, isto é, de “ler e escrever” com as características de nossa cultura.<sup>34</sup>

Qual é o passo sucessivo a “primeira alfabetização”? As *Orientações* propõem um segundo nível de formação. Trata-se da “formação pastoral”,<sup>35</sup> cujo núcleo central consiste no processo de “inculturação” ou de integração entre a teologia e a cultura digital.<sup>36</sup> As *Orientações* para este nível de formação indicam três metas a serem alcançadas:

- a) Adestrar os interessados ao correto uso dos instrumentos da comunicação social [...] nas atividades pastorais [...]; b) formar-lhes, neste campo, mestres e guias para os outros [...]; c) sobretudo sensibilizar-lhes e preparar-lhes a uma necessária contínua adequação da sua futura atividade pastoral.<sup>37</sup>

Assim, este segundo nível de formação deve ajudar os ministros ordenados a ter: conhecimento dos meios tecnológicos, sabendo usar-lhes corretamente;<sup>38</sup> maturidade de juízo, para que no exercício ministerial sejam guias e mestres dos outros;<sup>39</sup> e sensibilidade e competência que permitam uma integração entre o Evangelho e a cultura digital.<sup>40</sup> Torna-se, cada vez mais claro, que a questão pastoral que aqui se põe é a de compreender uma cultura que tem características próprias: um modo de interpretar a vida, aspectos éticos e, até mesmo,

<sup>32</sup> *Orientamenti* 19.

<sup>33</sup> Segundo Giannatelli, na época da cultura literária, os seminaristas eram preparados a ler na sua língua própria e naquela da Igreja Católica [Latim]. É preciso, hoje, ajudar-lhes a “ler e escrever” na cultura digital. É preciso promover uma *nova alfabetização* a favor dos futuros ministros ordenados; criar uma base de conhecimentos indispensáveis à entrada na cultura digital (GIANNATELLI, R., Gli “Orientamenti per la formazione, p. 291-294).

<sup>34</sup> Segundo Giannatelli, tal “alfabetização” oferece aos futuros ministros ordenados: o conhecimento, a habilidade e as atitudes necessárias para compreender melhor a cultura digital e a maneira como essa “constrói” a realidade; uma consciência das implicações sociais, culturais, políticas e econômicas que são o fundamento das mensagens e dos valores propostos pela cultura digital; a capacidade de “decodificar” os textos e de compreender a “lógica” da sua linguagem; a faculdade de “escrever” com os seus meios, pelo menos inicialmente, e de aplicar tal aquisição na sua missão pastoral (GIANNATELLI, R., Gli Orientamenti per la formazione, p. 293).

<sup>35</sup> *Orientamenti* 20-26.

<sup>36</sup> *Orientamenti* 20, c. Além de *Rm* 37, podemos recordar a este respeito um outro texto iluminante de *Aetatis novae*: “é preciso que a Igreja [...] elabore uma antropologia e uma verdadeira teologia da comunicação, a fim de que a teologia se torne, ela mesma, mais comunicativa, mais eficaz, para revelar os valores evangélicos e aplicá-los às realidades contemporâneas da condição humana” (*AN* 8).

<sup>37</sup> *Orientamenti* 20.

<sup>38</sup> *Orientamenti* 20, a.

<sup>39</sup> *Orientamenti* 20, b.

<sup>40</sup> *Orientamenti* 20, c. O apêndice II oferece uma *ratio studiorum* ideal para a obtenção de tais objetivos (*Orientamenti*, Apêndice II, 21-37).

delineamentos de uma espiritualidade. Por isso, o processo de formação não pode se reduzir a um “alfabetizar”, mas avança na direção de um “inculturar” o ministro ordenado.<sup>41</sup>

Ainda neste segundo nível, a formação deverá possuir, contemporaneamente, uma dimensão teórica<sup>42</sup> e uma dimensão prática.<sup>43</sup> O Documento recorda, ainda, o quanto é determinante um clima de comunicação ao longo do processo de formação, em vista da capacitação pastoral, teórica e prática:

Eduquem-se os alunos ao silêncio interior [...]; ao frequente diálogo interpessoal e de grupo [...]; os docentes [...] curem [...] a máxima comunicabilidade [...]; todos indistintamente [...] tendam “àquela comunhão que segundo a fé cristã constitui o fim primário e último de toda comunicação”.<sup>44</sup>

Vemos assim, como a formação pastoral neste campo se articula através de três momentos complementares: a formação prática; a formação intelectual; e a formação espiritual.

As *Orientações* possuem uma atitude, de certo modo, ambivalente. Algumas vezes, demonstra-se muito preocupado com os conteúdos negativos e com o tipo de comunicação.<sup>45</sup> Mas, ao mesmo tempo, possui um comportamento de tipo positivo, um otimismo muito parecido com aquele do Decreto conciliar *Inter mirifica* e da Instrução Pastoral *Communio et Progressio* que foi publicada após a conclusão do Concílio Vaticano II.

Creemos que é possível perceber como as *Orientações* possuem uma grande importância ainda para nossos dias. Nesse Documento, a cultura digital é entendida como um conjunto de realidades a serem estudadas e de habilidades a serem adquiridas, não nos momentos marginais da formação ao ministério ordenado, mas, de acordo com um currículo didático bem elaborado. O Documento não deseja somente “guias e mestres”, mas também, ministros ordenados capazes de articular a cultura digital com suas atividades pastorais.

O Documento é importante, também, porque se apresenta como um “grito profético” que, embora cronologicamente vinculado à década de oitenta, permanece atual, uma vez que o pedaço de estrada percorrido, neste campo, é ainda muito pequeno. Nestes últimos anos, o avanço tecnológico-digital e o enraizamento da cultura digital foram imensos; o mesmo, porém, não se pode afirmar sobre a pastoral da Comunicação e, dentro dela, a formação dos ministros ordenados.<sup>46</sup>

Isso porque, em muitos setores da igreja católica propõe-se o objetivo da formação ao uso dos instrumentos da Comunicação Social. Com isto, a preocupação com a formação à/na cultura digital aparece somente em segundo plano. Impostar assim o problema significa colocá-lo numa perspectiva muito limitada que cria dificuldades que condicionam a atuação pastoral da igreja católica.<sup>47</sup>

---

<sup>41</sup> RMi 37; AN 8.

<sup>42</sup> *Orientamenti* 22.

<sup>43</sup> *Orientamenti* 22.

<sup>44</sup> *Orientamenti* 24.

<sup>45</sup> *Orientamenti* 19.

<sup>46</sup> LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale, p. 1089.

<sup>47</sup> LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale, p. 1090.

Por isso, assumimos como nossa a seguinte proposta: “em primeiro lugar colocar-se-á o empenho pela formação da competência comunicativa do futuro sacerdote”.<sup>48</sup> Essa “competência comunicativa” é a capacidade de utilizar os vários tipos de linguagem e de comportamento comunicativos próprios da cultura digital na qual encontra-se inserido o ministro ordenado. A formação deve visar fazer surgir um ministro que esteja em sintonia com o ambiente humano no qual vive, que sabe dialogar, escutar e compreender, comunicar e fazer-se compreendido.<sup>49</sup>

Franco Lever faz notar que a tecnologia moderna não oferece somente instrumentos de transmissão e de informação, mas “novas modalidades de entrar em contato com a realidade, novos instrumentos de conhecimento”.<sup>50</sup> Por isso, os ministros ordenados não podem interessar-se das novas tecnologias simplesmente para estarem “na moda”, para não serem “alienados”, mas sim, porque são a linguagem da vida atual e, sobretudo, porque entendem que nelas podem exercer uma comunicação que gera comunidade.

### 3. Uma comunicação que cria comunidade

Sabemos que o Concílio Vaticano II é celebrado em vista de uma renovação pastoral que permanece em curso até os nossos dias. O Decreto *Inter mirifica* e a consequente proposição de novas relações entre o ministério ordenado e a cultura digital, também. Todo processo de renovação pastoral é complexo e não está isento de ambiguidades. Cabe-nos tentar compreender onde estão e qual seriam os indicativos de que o anúncio do evangelho está em sintonia com a realidade do mundo atual.

É preciso que compreendamos que não é possível confundir o processo de renovação pastoral, em vista do anúncio do evangelho no mundo atual, com uma espécie de modernização superficial que se limita ao “uso” dos recursos tecnológicos que a cultura digital coloca a nosso dispor. Isso produz um certo processo de readaptação de métodos e expressões, mas que permanecem vinculados a imagens de Deus e da igreja católica que se demonstram inadequadas. O que o Concílio Vaticano II continua nos pedindo é a capacidade de encontrar novos paradigmas de compreensão do Evangelho e novos paradigmas de comunicação da mensagem cristã. Encontrar que boa notícia podemos oferecer às pessoas que vivem num contexto cultural novo, fortemente marcado pelo digital.

A renovação pastoral afeta, portanto, uma série de realidades: método, expressão, ardor, conteúdo, linguagem, mensageiro, inserção cultural, estruturas, instrumentos de evangelização. Aqui queremos destacar o impacto da renovação pastoral no estilo comunicativo. Pouco após a celebração do Concílio Vaticano II, em 1967, Marshall McLuhan, afirmava que o meio é a mensagem.<sup>51</sup> Admitindo tal afirmação como correta, é preciso reconhecer que a evangelização anterior ao Vaticano II usou, preferencialmente,

---

<sup>48</sup> LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale, p. 1091.

<sup>49</sup> LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale, p. 1091.

<sup>50</sup> LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale, p. 1092.

<sup>51</sup> MCLUHAN, M.; FIORE, Q., O meio é a mensagem. Sobre o título da obra, há quem acredite que McLuhan tenha escolhido intencionalmente usar a palavra “mensagem”, para fugir da expressão “o meio é a mensagem”, central nessa obra e ao longo de toda a sua reflexão. Há quem diga que tudo não passou de um erro editorial e que depois foi aceito por McLuhan.



uma comunicação discursiva que apresentava uma preocupação doutrinal-apologética e que oferecia fundamentalmente argumentos que visavam a aceitação da verdade.

A comunicação proposta pela igreja católica deve deixar-se configurar pelo estilo comunicativo do Novo Testamento que é narrativo. Trata-se de comunicar uma boa notícia, um feito acontecido, uma história de salvação traduzida em visitas, encontros e gestos de amor que podem ser percebidos. Tal comunicação centra-se, sobretudo, na vida e ações da pessoa de Jesus Cristo e, não, exclusivamente, em seus ditos, palavras e ensinamentos. Preocupa-se com a profundidade da vida de Jesus, com o sentido do acontecimento da sua Encarnação/Ressurreição, com a repercussão dos seus atos e das suas palavras. Para tanto, a comunicação do evangelho deve usar fórmulas novas, sugestivas, imagens evocadoras capazes de envolver os/as interlocutores/as de todos os tempos e lugares.

Ela comunica um fato, não é uma crônica pontual, mas interessa-se pelo sentido e por evidenciar o valor do acontecimento Jesus Cristo na vida dos/as interlocutores/as. Por isso, fixa-se na interpretação, no valor que tal acontecimento teve para os/as que foram afetados/as por ele. É um “testemunho” de como um gesto, uma ação, uma palavra, foi percebido na própria vida e como tal vida foi afetada e radicalmente transformada. Tal comunicação é convidada a fazer reviver a história passada tornando-a atual para o/a interlocutor/a contemporâneo/a, apresentando como o passado ilumina o presente do/a ouvinte.

Por isso mesmo, a comunicação proposta pela igreja católica gera uma comunidade enquanto incorpora a vida do/a interlocutor/a à experiência vivida no passado, provocando, assim, a comunhão. Por meio dela, a comunidade atual se conecta, se comunica, se relaciona, faz memória de um amor vivido e manifesto que nos move a amar. Em seu modelo comunicativo, a igreja católica não ressalta, em primeira instância, o imperativo (ter que crer), mas o caráter altamente interpelador. Está sempre remetendo à práxis, à ação, à conduta, à performance, à mudança de vida, à conversão, ao seguir-imitar-assemelhar-se ao narrado, exigindo que o narrador evoque, insinue, sugira, estimule, mas nunca imponha.

Ao afirmarmos que existe um tipo de comunicação proposto pela igreja católica, é evidente que estamos reconhecendo que existe, também, outros tipos de comunicação. Sobretudo, comunicações que são ideológicas, instrumentais e superficiais que, especialmente, em nossos dias se transformaram numa espécie de fábrica de estereótipos e numa fonte de hostilidade e violência. Por esse motivo, assistimos perplexos como as redes sociais têm sido usadas como instrumento de propaganda política, para construção de uma opinião pública que justifique os conflitos e, até mesmo, que exaspere os conflitos. Nossos tempos foram tomados pela complexidade das “guerras civis culturais” que impedem a convivência pacífica, criam medo e insegurança. Os interesses dos diversos grupos sociais não coincidem e é muito mais fácil contrapor-lhes do que colocá-los a serviço de uma composição.

Tais “guerras culturais”, em diversos momentos, têm suas bases sobre “lugares comuns” (por exemplo: você é fascista, você é comunista, você não é católico...) que são repetidos a exaustão, radicalizando-se sempre mais e produzindo pré-juízos que impedem o diálogo sereno que se debruça sobre o novo, tentando compreendê-lo e aceitá-lo; e a produção de uma visão correta do que está acontecendo na sociedade. Nesse combate, o papel das redes sociais e da mídia em geral é construir os pré-juízos, fazendo com que os que nelas estão e com elas convivem não ignorem tais “lugares comuns”, porque se querem “ser seguidos” devem se confrontar com as representações sociais. Com isso,

correm o risco de se tornar – e, infelizmente muitas vezes se tornam – megafones do “lugar comum”, construtores de pré-juízos, defensores da divisão.

É preciso identificar que há uma lógica do conflito em certos modelos comunicacionais atuais. Isso, porque o conflito atrai mais. Por isso, é preciso criar o polo A e o polo B. Tal lógica invadiu a televisão, as redes sociais, fazendo com que personagens muito reativos, continuamente beligerantes, opostos entre si sejam colocados no centro do processo comunicativo através de suas agressões verbais e corporais. Tudo isso em vista do aumento da audiência, da ascensão do engajamento. A criação e a exploração do conflito é um mecanismo colocado em ato que produz alguns resultados que vem se tornando fatores dominantes em nossa sociedade: o viver na defensiva, o desconfiar, o esquecer a diferença entre justiça e vingança, o cancelar o próximo.

Para a igreja católica, contudo, deveria ser uma característica essencial da comunicação o criar diálogo, o permitir às pessoas e grupos que colaborem entre si, o crescer juntos. A tarefa da comunicação deveria ser ajudar as pessoas a viverem em sociedade, a sentirem-se humanas entre humanos, cidadãs entre cidadãos, conscientes de seus deveres e de seus direitos, ativando uma atenção crítica sobre os problemas emergentes ou comuns à luz da fé cristã-católica. Uma comunicação que ajuda a viver em comunidade e que não cria individualismos, mas faz sim, crescer o senso eclesial e social.

É inegável que a cultura digital abriu novas perspectivas à comunicação. Estamos diante de oportunidades novas de criarmos proximidade e relações, mas sobretudo, de apresentar a proposta do evangelho com toda a sua capacidade de estabelecer novas relações. A cultura digital traz consigo uma capacidade de penetração única. Hoje ela move a história, constrói a sociedade. A igreja católica acredita que seus membros podem e devem ajudar essa cultura a ser mais dialogal, produtora de coesão, proximidade, participação, comunhão.

Nesse contexto, é de fundamental importância que os ministros ordenados compreendam que são atores nesse processo de passagem de um modelo comunicativo do conflito para um outro da comunhão. Comunicar é um ato pastoral capaz de redesenhar a cultura digital. Em particular, pelas redes sociais é possível desenvolver uma importante função representativo-simbólica, transformando as redes sociais num fundamental instrumento de interação e de relação. As redes sociais não se limitam mais a serem difusoras de representações e “pensamento”, mas são ações diretas de transformação da realidade.

Em substância, vista à luz das primeiras intuições de *Inter mirífica*, a cultura digital aparece, hoje, dividida em dois polos: meios de comunicações sociais e redes sociais. Trata-se, obviamente, de uma esquematização global que possui uma gama de sfumaturas que não são possíveis de serem explicitadas aqui. Mas a divisão é suficiente para nos fazer compreender o desafio pastoral que temos diante de nós. Na cultura digital, os dois polos estão em relação dinâmica: às vezes se contrapõe, às vezes se complementam. Em ambos os polos, porém, os ministros ordenados são convidados a construir comunhão. Isso não será possível, contudo, se não forem ajudados a possuírem uma ética a serviço da comunhão.

#### **4. Por uma ética a serviço da comunhão**

O reconhecimento de que existe uma lógica do conflito nos grandes meios de comunicação social e, também, nas redes sociais é suficiente para reconhecermos que é

necessária a produção de um código de comportamento “ministerial” a fim de não estarmos a serviço de estereótipos, de juízos sumários ou aproximativos, mas privados de fundamentação, devida contextualização e produtores de pré-juízos.

Não é um caso que o então Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais tenha produzido uma série de *instruções* sobre o tema da ética: na Publicidade (1997),<sup>52</sup> nas Comunicações Sociais (2000),<sup>53</sup> na Internet (2002).<sup>54</sup> Mais recentemente, o agora Dicastério para a Comunicação publicou uma reflexão pastoral sobre a presença da igreja católica e dos que a ela estão vinculados nas redes sociais. Nessa recente reflexão de 2023, afirma-se:

Quem está presente nas redes sociais é abordado de acordo com suas características, origens, gostos e preferências particulares, dado que os algoritmos por detrás das plataformas online e dos mecanismos de busca tendem a unir as pessoas que são “iguais”, agrupando-as e chamando sua atenção a fim de as manter online. Consequentemente, as plataformas das redes sociais podem correr o risco de impedir que seus usuários realmente se encontrem com o “outro”, que é diferente. Todos nós fomos testemunhas de sistemas automatizados que correm o risco de criar estes “espaços” individualistas e, às vezes, de encorajar comportamentos extremos. Discursos agressivos e negativos propagam-se fácil e rapidamente, oferecendo um campo fértil para a violência, o abuso e a desinformação. [...] Estar cientes destas ciladas ajuda-nos a discernir e desmascarar a lógica que polui o ambiente das redes sociais, e a procurar uma solução para este descontentamento digital.<sup>55</sup>

É preciso perceber como a reflexão pastoral do Dicastério para a Comunicação convida os ministros ordenados a um exame de consciência que seja capaz de produzir um “protocolo ético” que os ajude a não ceder à emotividade, à espetacularização e à necessidade de exorcizar o mal encontrando imediatamente um “bode expiatório”. Tais comportamentos nas redes sociais podem ser nocivos, produtores de resultados nefastos, um dos mais graves o “espírito cismático” que só enfraquece a proposta do Evangelho de Jesus Cristo. A necessidade de encontrar imediatamente um “herege” a ser desmascarado e combatido publicamente quase nunca desempenha um serviço adequado à comunicação do Evangelho, à comunidade de fé e à sociedade com a qual se pretende dialogar.

A comunicação proposta pela igreja católica exige ministros ordenados prudentes. Embora sendo uma virtude cristã, a prudência é sempre menos exercida nas redes sociais, em tempos marcados pela velocidade e a difusão das ideias. Em tempos marcados pela necessidade de expressar a própria opinião, é fácil ser conduzido pela superficialidade da intuição, pelo ímpeto de identificar imediatamente os culpados e aquietar as consciências dos fiéis que esperam a palavra do pastor. Embora, em muitos casos não seja isso que se queira, o que se obtém é a falta de respeito com a verdade substancial dos fatos, o ataque aos próprios irmãos e irmãs de fé, aos colegas de vocação ordenada, numa autoflagelação do Corpo de Cristo que não pode ser vista com indiferença.

A prudência (*phronesis*) é uma das quatro virtudes cardeais da fé cristã. O Catecismo da Igreja Católica assim a define:

<sup>52</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética da Publicidade*.

<sup>53</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética nas Comunicações Sociais*.

<sup>54</sup> PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, *Ética na Internet*.

<sup>55</sup> DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO, *Rumo à presença plena*, n. 15-17

A *prudência* é a virtude que dispõe a razão prática para discernir, em qualquer circunstância, o nosso verdadeiro bem e para escolher os justos meios de o atingir. [...] A prudência é a “reta norma da ação” [...], porque guia as outras virtudes, indicando-lhes a regra e a medida. É a prudência que guia imediatamente o juízo da consciência. [...] Graças a esta virtude, aplicamos sem erro os princípios morais aos casos particulares e ultrapassamos as dúvidas sobre o bem a fazer e o mal a evitar.<sup>56</sup>

A prudência é a virtude de quem é cuidadoso e equilibrado; de quem sabe intuir a presença de um perigo ou prevendo as consequências dos seus atos, se comporta de modo a não correr riscos inúteis, evitando danos a si e aos outros. Para a teologia católica – e o Catecismo recorda isso – a prudência é a virtude capaz de guiar as outras virtudes, conduzindo à comunidade de fé e à pessoa humana ao seu fim último.

Nesse sentido, é preciso identificar como falta prudência em nossos tempos. Uma das marcas típicas da atual cultura digital, caracterizada pela velocidade e pela concorrência, é a precipitação que, aplicada à certa lógica das redes sociais, pode ser considerada algo necessário, pois não há tempo a perder no processo de “viralização”. A precipitação traz consigo sempre o risco de ser enganado e enganoso, pois não há tempo para verificação, para diálogo e, conseqüentemente, tudo é incompleto, inexato, errado ou sem fundamento.

Outra marca da cultura digital, que coloca em crise a prudência, é a incontinência, favorecida, muitas vezes, pela vontade de obter autoafirmação como se estivéssemos num campo de batalha contra pregadores concorrentes. A incontinência inspira a espetacularização que – se pensa – é o artifício mais idôneo para tornar o Evangelho interessante e atual. Comumente, na cultura digital, é difícil estabelecer a delimitação entre comunicação e entretenimento. Tal delimitação é sempre mais imperceptível e sutil, fazendo com que o fantasma da espetacularização esteja sempre presente.

Tal contexto demonstra a validade da afirmação da *Communio et Progressio*:

Toda a comunicação deve obedecer à lei fundamental da sinceridade, honestidade e verdade. Não basta portanto a reta intenção e a boa vontade para que a comunicação seja, ipso facto, positiva; deve apresentar os fatos segundo a realidade, isto é, dar uma imagem fiel da situação, conforme à sua verdade interna. Por outro lado, o mérito e validade moral de uma comunicação não depende só do assunto ou do conteúdo intelectual, mas também do tom e estilo com que se comunica, da linguagem e meios de persuasão que se empregam, das circunstâncias do momento, e finalmente do tipo mesmo de público a que se dirige.<sup>57</sup>

Os ministros ordenados, em suas relações com a cultura digital, sobretudo nas redes sociais, precisam estar conscientes de que não existe neutralidade e, portanto, devem ser honestos, corretos, livres e responsáveis; não cedendo à gratuidade de juízos e não condicionando ou influenciando a produção de juízos nos outros. É importante que os ministros ordenados se compreendam a serviço de uma autêntica comunicação, nos termos previstos pela *Communio et Progressio*, que não altera os fatos, em vista de espetacularização e engajamento.

<sup>56</sup> CEC, n. 1806.

<sup>57</sup> CP 17.

A comunicação, através das redes sociais, hoje, se insere dentro de um sistema complexo de informações onde, não poucas vezes, algumas são privilegiadas a descrédito de outras; e, quase sempre, por razões ideológicas, representativas de alguns grupos mais potentes e influentes que outros. O Papa Francisco, na *Evangelii Gaudium*, já havia denunciado tal atitude que não respeita a pluralidade e as diferenças culturais, sociais, políticas:

Quantas palavras se tornaram molestas para este sistema! Molesta que se fale de ética, molesta que se fale de solidariedade mundial, molesta que se fale de distribuição dos bens, molesta que se fale de defender os postos de trabalho, molesta que se fale da dignidade dos fracos, molesta que se fale de um Deus que exige um compromisso em prol da justiça. Outras vezes acontece que estas palavras se tornam objeto duma manipulação oportunista que as desonra. A cômoda indiferença diante destas questões esvazia a nossa vida e as nossas palavras de todo o significado.<sup>58</sup>

Creemos que isso deva interessar ao ministro ordenado para que não se deixe eclipsar pela lógica das partes e dos interesses sem submeter-se a uma reflexão ética que possa qualificar o seu exercício ministerial dentro da cultura digital. Tal exercício ministerial precisa, de maneira imprescindível, confrontar-se com as questões éticas, sobretudo, aquelas que o caracterizam como uma testemunha privilegiada do Evangelho e não como uma espécie de “influencer do religioso”.

Para a igreja católica, comunicar traz consigo um “fazer comum”. Reconhecemos que há uma exigência antropológica de fundo que caracteriza a compreensão católica do ato de comunicar. Tal antropologia entende que a comunicação é uma condição inata à pessoa humana que tem necessidade de se comunicar. A comunicação é a expressão mais natural da liberdade humana que tem necessidade de liberdade para viver. Por essa razão, a *Communio et Progressio* indica a comunhão como objetivo da comunicação:

Comunicar não é apenas exprimir ideias ou manifestar sentimentos; no seu mais profundo significado, é doação de si mesmo, por amor; ora, a comunicação de Cristo, é Espírito e Vida. Assim, pela instituição da Eucaristia, Ele legou-nos a mais perfeita comunhão a que o homem na terra pode aspirar: a comunhão entre Deus e os homens, que traz consigo o mais alto grau de união dos homens entre si.<sup>59</sup>

Se há algo que constitui a pessoa humana como ser-no-mundo em relação a outros semelhantes, a outros seres viventes e, em geral, a todo o criado, é a comunicação. A comunicação é a capacidade originária e original da pessoa humana de abrir-se, relacionar-se e encontrar o outro. Ela é disponibilidade ao diálogo, à escuta e ao confronto. Quando as relações de comunicação são vividas seguindo tais modalidades, a comunicação assume uma qualidade positiva e significativamente satisfatória.

A pessoa humana, numa serena relação de comunicação, está consciente de ser aceita e amada, aprendendo a arte de aceitar, encontrar, respeitar, amar. A igreja católica entende, assim, que a comunicação é bidirecional, acontecendo numa alternância de dar e receber. Por isso, mesmo, a comunicação produz comunidade, encontro. Na atual cultura

---

<sup>58</sup> EG 203.

<sup>59</sup> CP 11.

digital, é preciso nos interrogarmos se a comunicação, sobretudo, a realizada nas redes sociais, responde ao imperativo ético de “fazer comunhão”, de estar em relação, enquanto tem por finalidade um certo tipo de objetivo ideológico. O estereótipo e o prejuízo ameaçam a autenticidade da comunicação, fragilizam as raízes da possibilidade de encontro, geram uma falsa imagem da liberdade.

Na cultura digital, é preciso perceber que:

Vivemos numa sociedade da informação que nos satura indiscriminadamente de dados, todos postos ao mesmo nível, e acaba por nos conduzir a uma tremenda superficialidade no momento de enquadrar as questões morais. Por conseguinte, torna-se necessária uma educação que ensine a pensar criticamente e ofereça um caminho de amadurecimento nos valores.<sup>60</sup>

Ministros ordenados precisam, assim, serem formados a comunicar a serviço da comunhão.

A comunicação concorre para dar forma à vocação missionária de toda a Igreja, e as redes sociais são, hoje, um dos lugares onde viver esta vocação de redescobrir a beleza da fé, a beleza do encontro com Cristo. O testemunho cristão não se faz com o bombardeio de mensagens religiosas, mas com a vontade de se doar aos outros “através da disponibilidade para se deixar envolver, pacientemente e com respeito, nas suas questões e nas suas dúvidas, no caminho de busca da verdade e do sentido da existência humana”. [...] É preciso saber-se inserir no diálogo com os homens e mulheres de hoje, para compreender os seus anseios, dúvidas, esperanças, e oferecer-lhes o Evangelho [...]. O desafio requer profundidade, atenção à vida, sensibilidade espiritual. Dialogar significa estar convencido de que o outro tem algo de bom para dizer, dar espaço ao seu ponto de vista, às suas propostas. Dialogar não significa renunciar às próprias ideias e tradições, mas à pretensão de que sejam únicas e absolutas.<sup>61</sup>

Somente uma comunicação honesta e autêntica pode criar tecidos de relação e erradicar o prejuízo e o estereótipo que produzem discriminação, suspeita e divisão. Em tal sentido, *Communio et Progressio* afirmava:

É evidente portanto que os meios de comunicação muito podem contribuir para a união entre os homens. Onde, no entanto, há falta de consciência e boa vontade, o emprego destes meios é capaz de produzir precisamente o efeito contrário: poderá agravar os fatores de desinteligência e discórdia, com as suas tristes consequências; é frequente com efeito verificarmos, que determinados valores humanos são negados ou adulterados pelos meios de comunicação.<sup>62</sup>

A tarefa de formação dos ministros ordenados deve, sobretudo, fazer referência à ética a serviço da comunhão, a fim de que sua presença nas redes sociais ajude a colher a positividade que provêm da diversidade. Tal tarefa deve ser pensada como capacitação ao sair de si. Sair é uma possibilidade! A possibilidade de perceber o outro como um valor e

<sup>60</sup> EG 64.

<sup>61</sup> FRANCISCO, PP., Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais.

<sup>62</sup> CP 9.

a sua diversidade como um paradigma de confronto para crescer nas próprias qualidades e crescer na troca destinada ao convívio entre diferentes.

Encontrar o outro não traz consigo a perda da própria identidade, mas coloca a própria identidade a serviço do amadurecimento e de um enriquecimento mútuo na bidirecionalidade da comunicação. Formar os ministros ordenados à convivência, à solidariedade com diversos, à interculturalidade, é uma possibilidade, mas também, um imperativo em nossos dias:

Neste tempo em que as redes e demais instrumentos da comunicação humana alcançaram progressos inauditos, sentimos o desafio de descobrir e transmitir a “mística” de viver juntos, misturar-nos, encontrar-nos, dar o braço, apoiar-nos, participar nesta maré um pouco caótica que pode transformar-se numa verdadeira experiência de fraternidade, numa caravana solidária, numa peregrinação sagrada. Assim, as maiores possibilidades de comunicação traduzir-se-ão em novas oportunidades de encontro e solidariedade entre todos. [...] Sair de si mesmo para se unir aos outros faz bem. Fechar-se em si mesmo é provar o veneno amargo da imanência, e a humanidade perderá com cada opção egoísta que fizermos. O ideal cristão convidará sempre a superar a suspeita, a desconfiança permanente, o medo de sermos invadidos, as atitudes defensivas que nos impõe o mundo atual. Muitos tentam escapar dos outros fechando-se na sua privacidade confortável ou no círculo reduzido dos mais íntimos, e renunciam ao realismo da dimensão social do Evangelho. [...] Entretanto o Evangelho convidamos sempre a abraçar o risco do encontro com o rosto do outro, com a sua presença física que interpela, com o seu sofrimentos e suas reivindicações, com a sua alegria contagiosa permanecendo lado a lado. A verdadeira fé no Filho de Deus feito carne é inseparável do dom de si mesmo, da pertença à comunidade, do serviço, da reconciliação com a carne dos outros. Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura.<sup>63</sup>

## Conclusão

A história da igreja católica, especialmente em suas origens, revela as possibilidades de aproveitamento dos espaços pequenos e fecundos da realidade. A cultura digital atual parece exigir a mesma perspicácia e a mesma sensibilidade, que estiveram presentes na origem da experiência eclesial católica.

Portanto, como política e estratégia, a igreja católica não entende mais lutar contra a cultura digital [o que seria inútil e anacrônico]; mas sim, estabelecer possíveis parcerias para poder incidir na compreensão das brechas históricas que, desenvolvidas e potencializadas, são responsáveis pelas mudanças de cada época. Para a obtenção dessas parcerias, é fundamental a participação e o empenho da figura ministro ordenado que, para tanto, deveria ser previamente preparado para construir tal base de diálogo.

Para a igreja católica, não é um problema nos encontrarmos dentro de uma cultura e, conseqüentemente, dentro de uma experiência eclesial onde exponencialmente se multipliquem o número de vozes e pontos de vistas. Mas tal fenômeno não pode estar a serviço da desagregação, mas sim, de um caminho comum, feito de participação, comunhão numa única e mesma missão a serviço de Jesus Cristo e dos seus preferidos: os

<sup>63</sup> EG 87-88.

pobres, os vulneráveis, os excluídos. Eles precisam ter voz, libertando-se de um monopólio de quem sempre teve voz.

Trata-se de um processo que leva tempo e, provavelmente, nesse primeiro momento, seja inevitável a terrível cacofonia na qual a igreja católica se encontra. É preciso acreditar que a longo prazo os resultados dessa “Babel” de opiniões fará surgir um fator positivo que é a emancipação comunicativa que permite a sinfonia. É um caminho necessário que a igreja católica aceitou percorrer para encontrar as novas formas de convivência queridas pelo próprio Concílio Vaticano II. A renovação pastoral, sobretudo influenciada pela cultura digital, deve ser procurada de diálogo em diálogo e com o compromisso de escutar-se na certeza de que só assim conseguiremos nos entender.

Nesse processo, é preciso investir na formação de um ministro ordenado que não é uma espécie de “influencer de Deus”, que comunica uma palavra mais divina do que a dos demais. O ministro ordenado não é dono da Palavra, mas sim, um servidor, um ouvinte humilde Dela.<sup>64</sup> Sua comunicação deve constituir e consolidar a comunidade de Cristo, alimentando a fé da comunidade e o compromisso dela com a vida de todos e todas.

### Referências bibliográficas

BARAGLI, E., Massmediologia e formazione seminaristica. Un Magistero attento ai “segni dei tempi”. In: **La Civiltà Cattolica** 4 (1986) p. 26-39.

BARAGLI, E., Gli “Orientamenti” tra il passato e il futuro. In: **Seminarium** (1986) p. 901-929.

CATECISMO da Igreja Católica. Disponível em: <[https://www.vatican.va/archive/cathechism\\_po/index\\_new/p3s1cap1\\_1699-1876\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/cathechism_po/index_new/p3s1cap1_1699-1876_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

COMISSÃO PONTIFÍCIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, **Instrução Pastoral *Communio et Progressio* sobre os meios de comunicação social**. Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_23051971\\_communio\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_23051971_communio_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

CONCÍLIO VATICANO II, **Decreto *Inter Mirifica* sobre os meios de comunicação social**. Disponível em:

<[https://www.vatican.va/archive/hist\\_councils/ii\\_vatican\\_council/documents/vat-ii\\_decree\\_19631204\\_inter-mirifica\\_po.html](https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

CONGREGAZIONE PER L’EDUCAZIONE CATTOLICA, **Orientamenti per la formazione dei futuri sacerdoti circa gli strumenti della comunicazione sociale**. Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_19031986\\_guide-for-future-priests\\_it.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_19031986_guide-for-future-priests_it.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

<sup>64</sup> PDV 26.



DICASTÉRIO PARA A COMUNICAÇÃO, **Rumo à presença plena.** Uma reflexão pastoral sobre a participação nas redes sociais. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/dpc/documents/20230528\\_dpc-verso-piena-presenza\\_pt.html](https://www.vatican.va/roman_curia/dpc/documents/20230528_dpc-verso-piena-presenza_pt.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

FRANCISCO, PP., **Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual.** Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost\\_exhortations/documents/papa-francesco\\_esortazione-ap\\_20131124\\_evangelii-gaudium.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/papa-francesco_esortazione-ap_20131124_evangelii-gaudium.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

FRANCISCO, PP., **Mensagem para o XLVIII Dia Mundial das Comunicações Sociais.** Comunicação ao serviço de uma autêntica cultura do encontro. Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco\\_20140124\\_messaggio-comunicazioni-sociali.html](https://www.vatican.va/content/francesco/pt/messages/communications/documents/papa-francesco_20140124_messaggio-comunicazioni-sociali.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

GIANNATELLI, R., Gli “Orientamenti per la formazione dei futuri sacerdoti circa gli strumenti della comunicazione sociale” dopo dodici anni: un bilancio e alcune prospettive. In: **Seminarium** 2 (1998) p. 285-304.

JOÃO PAULO II, PP., **Carta Encíclica *Redemptoris Missio* sobre a validade permanente do mandato missionário.** Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf\\_jp-ii\\_enc\\_07121990\\_redemptoris-missio.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_07121990_redemptoris-missio.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

JOÃO PAULO II, PP., **Exortação Apostólica *Pastores Dabo Vobis* sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais.** Disponível em: <[https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost\\_exhortations/documents/hf\\_jp-ii\\_exh\\_25031992\\_pastores-dabo-vobis.html](https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031992_pastores-dabo-vobis.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

LEVER, F., La formazione alla comunicazione sociale. Riflessioni su un documento ecclesiale. In: **Orientamenti Pedagogici** 6 (1986) p. 1084-1094.

MCLUHAN, M; FIORE, Q., **O meio é a mensagem.** São Paulo: Ubu Editora, 2018.

MORAES, A., A Comunicação Social na *Gaudium et spes*. In: N. AGOSTINI (Org.), **Revelação e História.** Uma abordagem a partir da *Gaudium et Spes* e da *Dei Verbum*. São Paulo: Paulinas, 2007, p. 185-196.

MORAES, A., Inter mirifica. Uma tentativa de reconhecer e entender o mundo da Comunicação Social. In: **Atualidade Teológica** 18 (2004) p. 381-390.

MORAES, A.; GRIPP, A., Ações evangelizadoras numa cultura urbana marcada pelo digital. In: **Fronteiras** 3 (2020) p. 145-168. Disponível em: <<https://www1.unicap.br/ojs/index.php/fronteiras/article/view/1640/1431>>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, **Ética da Publicidade.** Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_22021997\\_ethics-in-ad\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_22021997_ethics-in-ad_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

**PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, Ética nas Comunicações Sociais.** Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20000530\\_ethics-communications\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20000530_ethics-communications_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

**PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, Ética na Internet.** Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_20020228\\_ethics-internet\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_20020228_ethics-internet_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

**PONTIFÍCIO CONSELHO PARA AS COMUNICAÇÕES SOCIAIS, Instrução Pastoral Aetatis Novae sobre as comunicações sociais.** Disponível em:

<[https://www.vatican.va/roman\\_curia/pontifical\\_councils/pccs/documents/rc\\_pc\\_pccs\\_doc\\_22021992\\_aetatis\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/pccs/documents/rc_pc_pccs_doc_22021992_aetatis_po.html)>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

RYPAR, F., Origine e spirito del nuovo Documento sui mass-media. In: **Seminarium 4** (1986) p. 781-790.

***Abimar Oliveira de Moraes***

Doutor em Teologia Pastoral e Catequética pela *Università Pontificia Salesiana* - Roma  
Professor Associado 1 da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
Coordenador Adjunto dos Programas Acadêmicos da Área Ciências da Religião e Teologia  
Rio de Janeiro / RJ - Brasil  
E-mail: abimar@puc-rio.br

***Osmar de Oliveira Braido***

Mestrando em Teologia no Programa de Pós-graduação da Pontifícia  
Universidade Católica  
Vitória / ES - Brasil  
E-mail: filoteope@outlook.com

Recebido em: 15/08/2023

Aprovado em: 20/11/2023